

## A constituição da Sociologia no Brasil e o Direito: a formação dos intelectuais

The constitution of Sociology in Brazil and Law studies: intellectuals formation

Marcelo Pinheiro Cigales<sup>1</sup>,

Ana Martina Baron Engeroff<sup>2</sup>

### Resumo:

Este artigo busca compreender a institucionalização da Sociologia no Brasil e sua relação com o Direito. Especificamente, será analisada a biografia coletiva de intelectuais que nasceram no século XIX, formaram-se em Direito e dedicaram-se à produção de manuais de Sociologia, sendo eles: Alceu Amoroso Lima, Carneiro Leão, Fernando de Azevedo e Pontes de Miranda. Estes intelectuais se destacaram tanto por produzirem manuais específicos de sociologia, como também por atuarem em projetos educacionais e políticos que foram importantes para a constituição do campo intelectual da sociologia no Brasil. O referencial teórico busca base na teoria das elites e do campo de Pierre Bourdieu com o intuito de entender as estruturas de poder que propiciaram o surgimento de uma elite especializada nos conhecimentos sociológicos. Evidenciar os agentes, o jogo de disputas pelo capital simbólico e o habitus construído nesse espaço intelectual é parte deste estudo. Além da prosopografia, foi realizada a análise dos manuais produzidos pelos autores citados, respectivamente: Preparação à Sociologia (1931); Fundamento de Sociologia (1940); Princípios de Sociologia (1935) e Sociologia Educacional (1940); Introdução à Sociologia Geral (1926). Entre os principais resultados destaca-se que esses intelectuais foram agentes de disseminação dos conhecimentos sociológicos no país, visto que, por meio das reformas educacionais, dos projetos editoriais e da atuação no magistério criaram as condições necessárias para a institucionalização da sociologia no Brasil. No entanto, suas filiações teóricas e ideológicas permitiram também a pluralidade de concepções de Sociologia, gerando disputas no interior deste espaço social.

**Palavras-chave:** história da Sociologia; Direito; intelectuais; ensino de Sociologia

### Abstract:

This article aims to comprehend the institutionalization of Sociology in Brazil and its correlation with Law studies. It'll be analyzed the collective biography of the intellectuals who were born in the nineteenth century, who had a bachelor degree in Law School and who have dedicated themselves to the production of sociology manuals, such as: Alceu Amoroso Lima, Carneiro Leão, Fernando de Azevedo and Pontes de Miranda. These intellectuals not only had stand out for producing specific sociology manuals, but for acting on educational and political projects which were important for the constitution of the intellectual field of sociology. The theoretical reference of this work has its roots in the elite and field theory of Bourdieu, in order to understand the power structures which led to the emergence of an elite specialized in sociological knowledge. Part of this study is to evidence the agents, the set of symbolic capital and the habitus built in this intellectual space. Beyond prosography, an analysis of the previous authors was carried out, respectively: Preparation for Sociology (1931); Sociology Foundation (1940); Sociology Principles (1935), Educational Sociology (1940); Introduction to General Sociology (1926). Among the main results, it's noted that these intellectuals were dissemination agents of the sociological knowledge at the country, since through the educational reforms, the editorial projects and the teaching professing, they all have created the necessary conditions for the institutionalization of Sociology in Brazil. However, their theoretical and political affiliations also allowed the plurality of sociological conceptions, generating disputes within this social space.

**Keywords:** History of Sociology, Law study, intellectuals, Sociology teaching.

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista CAPES.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista CAPES.

## 1. Introdução\*

As pesquisas sobre o Ensino de Sociologia no Brasil têm sido ampliadas significativamente, embora ainda pouco prestigiadas na grande área da Sociologia/Ciências Sociais, considerada como um subcampo, como apontam Ferreira; Oliveira (2015). Dentro destes estudos, pode-se perceber que a temática da história da Sociologia no Brasil é também pequena se comparada às demais, contendo pesquisas que dão ênfase à cronologia de ausência e presença da Sociologia no nível de ensino básico e em instituições, além de destacar a participação de intelectuais que estiveram envolvidos neste processo de institucionalização da Sociologia no Brasil (HANDFAS; MAÇAIRA, 2014).

Na perspectiva do percurso de institucionalização da Sociologia no país, Meucci (2007, p. 32), argumenta que no início do século XX e mais especificamente nos anos de 1920-1930, uma série de iniciativas foram lançadas possibilitando firmar esta ciência no Brasil, sendo elas: 1. A introdução da cadeira de Sociologia nos cursos secundários chamados de complementares; 2. A criação dos cursos de Ciências Sociais na Escola Livre de Sociologia e Política de 1933, na Universidade de São Paulo em 1934, na Universidade do Distrito Federal em 1935 e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras no Paraná em 1938 3. A publicação de obras consagradas de interpretação do Brasil; 4. surgimento de dicionários, coletâneas de textos e manuais didáticos para a difusão do conhecimento sociológico.

É de se destacar que a produção de manuais didáticos nacionais substituiu os compêndios de Sociologia estrangeiros, exigindo a mobilização de novos esforços, em especial da formação de intelectuais interessados na formação deste acervo inicial. Estes autores em formação eram, em sua maior parte, oriundos das faculdades de Direito, não sendo, no sentido estrito do termo, cientistas sociais muito menos sociólogos, produzindo “[...] textos de inspiração ensaística caracterizados pela preocupação recorrente com a constituição da nação” (MEUCCI, 2000, p. 17). Além disso, compunha este grupo intelectuais interessados na reformulação do ensino em um vertente da Escola Nova e, de outro lado, com a conservação do ensino religioso em

---

\* Uma versão prévia deste trabalho foi apresentada no V Encontro Estadual sobre Ensino de Sociologia organizado pelo Laboratório de Ensino de Sociologia Florestan Fernandes da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em outubro de 2016.

uma perspectiva crescente da Sociologia cristã (CIGALES, 2014; DAROS e PEREIRA, 2015). De todo modo, mesmo com a pluralidade de ideias e concepções de ensino, Sociologia e de ciência, é possível afirmar que “[...] a contribuição esperada da Sociologia no sistema educacional fora sobretudo o auxílio na formação de uma nova tradição intelectual” (MEUCCI, 2000, p. 34).

Diante deste breve panorama, neste artigo buscamos compreender a institucionalização da Sociologia no Brasil e a sua relação com o Direito, uma vez que os cursos jurídicos criados no país, juntamente com as reformas educacionais e discussões político-ideológicas, potencializaram o desenvolvimento dessa ciência no Brasil. Para este estudo, analisaremos a biografia coletiva de intelectuais que nasceram no século XIX, formaram-se em Direito e dedicaram-se à produção de manuais de Sociologia, sendo eles: Alceu Amoroso Lima, Carneiro Leão, Fernando de Azevedo e Pontes de Miranda. Estes intelectuais se destacaram tanto por produzirem manuais específicos de Sociologia, como também por atuarem em projetos educacionais e políticos que foram importantes para a constituição do campo intelectual da Sociologia no Brasil.

Para analisar esse cenário histórico nos utilizaremos do referencial teórico da “Sociologia do poder e das elites”, visto que esta perspectiva de análise tem galgado espaço na agenda de pesquisa das Ciências Sociais no Brasil. Os trabalhos organizados por Seidl e Grill (2013) e Canedo, Tomazini e Garcia (2013) são exemplos desse esforço de pesquisas destinadas ao estudo sociológico - que passa pelos mecanismos de recrutamento e seleção até as estratégias de reprodução, reconversão e legitimação - das elites políticas (GRILL, 2013; CANEDO, 2013) profissionais (CORADINI, 1997; PETRARCA, 2008), eclesiásticas (MICELI, 2009; SEIDL, 2009), entre outros.

Estes estudos têm se apoiado na teoria do *campo* de Pierre Bourdieu (2004, 2012), que busca evidenciar as estratégias utilizadas na manutenção, reprodução e legitimação dos benefícios materiais e simbólicos (prestígio, distinção o “bom senso”), do poder que esses grupos se revestem. Nesse sentido, para compreender uma elite é preciso conhecer o campo social em que esse grupo está inserido, quais os *capitais* valorizados e o *habitus* concernente a essa esfera social, que não se limitam à esfera econômica. Nesse sentido, o esforço deste trabalho é compreender a formação de uma elite intelectual da Sociologia no Brasil por meio do Direito, buscando evidenciar

as estruturas de poder que propiciaram o surgimento de uma elite especializada nos conhecimentos sociológicos. Assim, evidenciar os *agentes*, o jogo de disputas pelo *capital simbólico* e o *habitus* construído nesse espaço intelectual é parte deste estudo.

A prosopografia, também conhecida com biografia coletiva, é o método utilizado neste trabalho. Pois a partir dela busca-se [...] revelar características comuns de determinado grupo social em dado período histórico, permitindo observar os grupos sociais em suas dinâmicas internas e em seus relacionamentos com outros grupos e com o espaço de poder [...]” (ALMEIDA, 2011, p. 07), e portanto, pode auxiliar no entendimento de redes e de configurações inerentes a esses grupos. Conhecer a origem social, a profissão dos pais, os cargos que ocupavam na política e na organização da cultura é relevante para compreendermos o investimento em determinados capitais possíveis de serem reconvertidos e legitimados como capital simbólico no interior do campo intelectual da Sociologia.

Cabe lembrar que as pesquisas sobre a história da Sociologia no Brasil (MICELI, 1989; 1995; BOMENY; BIRMAN, 1991) tem focado em três aspectos: o profissional, o mercado de trabalho e as fontes de financiamento, que apesar de relevante para compreendermos a história dessa disciplina no Brasil, não esgotam as possibilidades de outras abordagens metodológicas e perspectivas de pesquisa. Assim, nossa contribuição para os trabalhos que se debruçam sobre a história da disciplina é investigar como e por quais agentes a Sociologia ganhou reconhecimento como uma disciplina capaz de ler cientificamente os problemas sociais no Brasil. Assim, localizaremos este estudo como pertencente ao campo de estudos dos intelectuais, ao propormos investigar a formação da elite intelectual da Sociologia no país.

## **2. O Direito e a constituição da Sociologia no Brasil**

A relevância das faculdades de Direito para a constituição da Sociologia no Brasil não é um consenso entre os pesquisadores da história da Sociologia no Brasil. Meucci (2000, p. 20), afirma que a institucionalização da disciplina no Brasil foi possível devido a passagem dos bacharéis em Direito para a educação. Se pensarmos os intelectuais trabalhados em nosso estudo, todos se deslocaram de algum modo para a área da educação, o que é percebido de imediato não só por suas carreiras, mas também pela produção de manuais. Neste sentido, não seriam os juristas, conforme a dissertação

da autora, que possibilitaram a difusão dos conhecimentos sociológicos na academia e nas escolas, chegando-se a suscitar que a Sociologia jurídica impediu o desenvolvimento autônomo da Sociologia (CHACON, 1977).

De fato, os primeiros cursos de Direito no Brasil (em 1827, em São Paulo, e em Olinda – transferido para Recife em 1854) surgiram concomitantemente com o processo de independência do país e a construção do Estado nacional, tendo duas funções demarcadas: ser polo de sistematização e irradiação do liberalismo enquanto nova ideologia político-jurídica capaz de defender e integrar a sociedade, e, ao mesmo tempo, dar condições institucionais ao liberalismo, ao formar o quadro administrativo-profissional, ou seja, a burocracia local (WOLKMER, 2004, p. 80-81). Com esta perspectiva, o conhecimento desenvolvido nas academias era ‘ornamental’, com divagações sobre o homem em sociedade e cercada pelas ideias de liberdade, progresso, ordem e civilização.

Sendo assim, no caso brasileiro e como atestam os estudos de Venâncio Filho (1977) e Adorno (1988), desde o período imperial há uma forte associação entre a origem social, o capital de relações sociais detido pelos agentes, a posse do título de bacharel e as chances de ascensão tanto no mundo dos juristas, quanto das elites burocráticas (ENGELMANN, 2008, p. 71). É o que parece seguir-se na primeira República, mas, a partir daí, mobilizando outros capitais e estabelecendo-se novas estratégias, dado o contexto diverso.

Guardadas as suas diferenças, estas escolas de Direito, a partir da segunda metade do século XIX, recepcionaram um discurso secular que possibilitava uma diversidade temática entrelaçada ao discurso jurídico, como a biologia, história e Sociologia, representando uma vanguarda científica no país.<sup>3</sup> No entanto, como relembra Meucci (2000, p. 22), o positivismo não adentra no Brasil como um método de investigação, mas como uma filosofia social, política e religiosa.

Além disso, ainda que a formação nestas escolas indicasse o título de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, a Sociologia não integrava diretamente os currículos escolares. De todo modo, mesmo com críticas acerca da baixa qualidade do ensino, das precárias estruturas e do autodidatismo nas escolas de Direito, estas faculdades e seu entorno se constituíram de ponto estratégico para a ampla formação da classe dirigente,

---

<sup>3</sup> Sem olvidar da permanência da influência e disputas ideológica católicas no âmbito das faculdades.

nos quais a ordem jurídica vindicava o preparo metódico de noções antropológicas e sociológicas para alargar os horizontes dos estudantes, dando-lhes elementos para entender o homem e a sociedade, mas sem compreender um conhecimento sociológico ordenado. Venâncio Filho (1982, p. 206), colhendo relato de aluno da Faculdade Livre de Direito do Pará, já na primeira década de 1900, denota os primeiros contatos dos alunos com a Sociologia por meio da filosofia do Direito, demonstrando que a Sociologia permeava assim os estudos, mas não sistematicamente, como campo autônomo ou através de intelectuais especializados.

No entanto, as discussões acerca do ensino jurídico eram intensas, aprimorando-se a defesa por reformas das academias no início do século XX, especialmente pela crise do bacharelismo. Assim, a Sociologia é invocada de modo a propiciar a renovação intelectual das faculdades de Direito, dando um suporte científico. Não por acaso, iniciam-se também a produção dos primeiros manuais de Sociologia no Brasil, que tinham como objetivo “a compreensão do Direito como um fenômeno social, relacionado à forma de vida comum resultante de convivência entre os indivíduos” (MEUCCI, 2000, p. 24).

Destaca-se do período Pontes de Miranda, intelectual em evidência deste estudo, que, inspirado pelos primeiros trabalhos sociológicos junto ao Direito e em meio ao círculo enciclopedista, lançou o primeiro manual de Sociologia no Brasil, nominado “Introdução à Sociologia” (1926), obra vencedora do prêmio da Academia Brasileira de Letras. Esta obra é marcante como passo inicial da difusão do amplo conhecimento sociológico no país, que ultrapassa o campo do Direito propriamente para que o nível do ensino secundário. Assim,

[...] se não foi nas faculdades de Direito que a disciplina sociológica ganhou espaço institucional, autonomia epistemológica e, sobretudo, prática de pesquisa, foi, porém, sob as arcadas que obteve significação capaz de mobilizar esforços intelectuais para sua ampla repercussão. Depositária da expectativa de renovar a vida do país, com uma tarefa civilizadora, a Sociologia, com efeito, ganhara legitimidade para se estabelecer no sistema de ensino brasileiro (MEUCCI, 2000, p. 31)

Se, por um lado, as tentativas de reforma educacional no âmbito do ensino jurídico<sup>4</sup> não foram levadas adiante, de outro possibilitaram que a discussão acerca da necessidade da Sociologia como ciência para promover os novos anseios no país. Neste norte, é referência a proposta de Rui Barbosa, de 1882 e justificada com base nos textos de Augusto Comte, na tentativa de incluir a Sociologia tanto nos cursos de Direito, bem como na escola secundária. Segue-se em 1890 pela Reforma Benjamin Constant para toda a instrução pública, incluindo a Sociologia em todos os níveis e modalidades de ensino, mas cuja proposta inicial foi rejeitada (MACHADO, 1987). Enfim, em meio às disputas a Sociologia é incluída nas Escolas Normais e na Escola Secundária em 1925, pela Reforma Vaz, não estando presente diretamente nas faculdades de Direito. Cumpre lembrar, ainda, conforme aponta Silva (2010), que em 1942, com a Reforma Capanema, novamente a Sociologia desaparece dos currículos, vivendo de 1925 a 1941 “a sua época de ouro”.

Nossa hipótese é, portanto, que em termos de composição da elite intelectual ligada à Sociologia no Brasil, a formação em Direito foi fundamental – mas não o único fator - para alimentar o prestígio científico voltado à interpretação da sociedade e alçar ou manter os frequentadores destes “celeiros de elites” (SEIDL, 2013, p. 189) em posições de poder e de alto prestígio social.

### **3. As elites intelectuais brasileiras e a Sociologia**

Diante deste retrospecto, interessa-nos neste estudo os intelectuais que participaram diretamente destas discussões, uma vez que nascidos ainda no século XIX e bacharéis em Direito, dedicaram-se ao estudo da Sociologia, inclusive produzindo manuais específicos para o ensino da disciplina. Carneiro Leão, Pontes de Miranda, Alceu Amoroso Lima e Fernando de Azevedo nasceram respectivamente em 1887, 1892, 1893 e 1894, presenciaram desde a infância importantes acontecimentos na vida política e econômica do Brasil, tal como a Proclamação da República e o estabelecimento da Primeira República, desenvolvendo desde cedo intensa vida intelectual e profissional, que compõe a renovação política, econômica, social e cultural

---

<sup>4</sup> O primeiro manual de Sociologia brasileiro, ligado à Sociologia criminal, é o de Paulo Egídio de Carvalho, intitulado “Estudos de Sociologia Criminal”, de 1900.

no país. Especificamente, estes autores ficaram marcados por sua produção de manuais de sociologia, dedicando-se e sendo reconhecidos como sociólogos pioneiros.

Estes intelectuais ganharam visibilidade por atuarem em diversos projetos culturais e políticos que foram importantes para a constituição do campo intelectual da Sociologia no Brasil, mais visível após a década de 1930 com a criação das universidades e centros de pesquisa. As reformas de ensino empreendidas em São Paulo (1920); Ceará (1922); Bahia (1924); Rio Grande do Norte (1925); Minas Gerais (1927); Distrito Federal (1928); Paraná (1927); Pernambuco (1928) (BOMENY, 1993, p. 28), tinham entre seus objetivos a modernização da educação, e conseqüentemente, trouxeram para o cenário da escola os conhecimentos sociológicos. Em alguns estados como São Paulo e Pernambuco a disciplina começou a constar na grade curricular dos cursos normais. Nesse sentido, esses intelectuais, por um lado, iniciaram suas carreiras como professores normalistas (excetuado Pontes de Miranda), que na época já assegurava uma determinada distinção, visto que estas instituições em conjunto com algumas faculdades, estavam alocadas no topo do sistema de ensino. Por outro lado, ser professor de Sociologia possivelmente representava um ganho de capital simbólico revestido no conhecimento especializado sobre o mundo social que essa ciência e disciplina escolar representava. Em outras palavras, o professor de Sociologia era visto como um agente da modernidade, portador de um conhecimento especializado sobre o mundo social, capaz de explicar os problemas sociais por meio da ciência e da razão.<sup>5</sup>

Miceli (2001), ao analisar as classes dirigentes no Brasil entre os anos 1920-45, nos fornece valiosas informações sobre as estratégias das classes dirigentes alçadas no período em questão, que contribuem diretamente para a nossa análise prosopográfica. Guiado por três eixos, das transformações do papel político e cultural dos intelectuais da oligarquia, o mercado do livro e a relação dos intelectuais com o Estado, o autor permite que localizemos os quatro intelectuais do nosso recorte justamente na relação com estas esferas, especialmente demonstrando que o recrutamento de intelectuais, que antes estava mobilizado em função da rede de relações sociais, passa a sofrer cada vez mais a

---

<sup>5</sup> Para Bomeny (1993, p. 26) “A ciência moderna funciona como uma bússola para a própria sociedade indicando os caminhos para o “progresso”, fortalecendo, portanto a crença de que sem ela a sociedade dificilmente se beneficiaria das conquistas sociais, econômicas e culturais. Aqueles que falavam pela ciência dotavam-se de um poder típico, distinto da autoridade política tradicional. De outro lado, a ciência, ao conferir este poder a seus porta-vozes, credenciava suas práticas identificando-as com as de ‘cientistas profissionais’”.

mediação de trunfos escolares e culturais, “cujo peso é tanto maior quanto mais de acentua a concorrência no interior do campo intelectual” (MICELI, 2001, p. 80).

Não podemos esquecer que estes trunfos escolares vão cada vez mais sendo mobilizados como elemento de poder e diferenciação social, mas indo além da mera detenção do diploma ou de uma linguagem específica guardada pelos cursos de Direito. A noção de capital cultural é alargada, e os projetos educacionais fazem parte deste percurso, tal qual Bourdieu (1998, p. 74) explicita, tomando três modalidades para o conceito: capital cultural incorporado (disposições duráveis do organismo, dado especialmente pelo *habitus* do seio familiar), capital cultural objetivado (bens culturais, como quadros, livros, dicionários) e capital cultural institucionalizado (a garantia pelo diploma). A detenção e acesso destes estados do capital cultural, que não se esgotam (a participação em jornais e publicação de enciclopédias, a exemplo, como fizeram nossos autores), conferiam aos mais privilegiados um poder real e simbólico capaz de habilitá-los como os intelectuais assim reconhecidos à época. Mesmo que estes intelectuais possam advir de camadas menos abastadas para aquele momento, não se esgota a possibilidade de relações de interdependência entre os grupos e das disputas dos capitais que podem mobilizar para participar das lutas simbólicas legitimadas.

A partir das trajetórias pessoais e sociais desses intelectuais espera ser possível perceber uma rede de significações, que passa pelas relações de amizade, como é o caso de Carneiro Leão e Pontes de Miranda, formados pela mesma turma de Direito, até disputas políticas e educacionais, como é o caso de Fernando de Azevedo e Alceu Amoroso Lima em relação à constituição do campo educacional no Brasil (DAROS, 2016).

A análise a seguir está embasada no quadro prosopográfico que pode ser encontrado no final deste estudo. Cabe salientar que as informações reunidas não esgotam as possibilidades de análise dessa elite, mas antes, é um esforço de compreender algumas facetas da história desses intelectuais e sua relevância para a institucionalização da Sociologia no Brasil. Os dados biográficos dos intelectuais aqui em destaque são relacionados a esta duplicidade de trunfos sociais e culturais disputados pelos agentes.

Entre os primeiros dados biográficos reunidos está a cidade de nascimento desses intelectuais. Percebe-se que Fernando de Azevedo, que nasceu em São Gonçalo

de Sapucaí, cidade do interior de Minas Gerais, juntamente com Pontes de Miranda, nascido em Maceió/AL, diferentes dos demais intelectuais aqui estudados que são advindos dos grandes centros urbanos como é o caso de Amoroso Lima que nasceu no Rio de Janeiro, Carneiro Leão, que nasceu em Recife. Advindos de uma classe social abastada esses intelectuais irão frequentar as instituições educacionais de elite do país, como no Colégio Pedro II, Colégio Anchieta e Colégio Americano Gilreath. No ensino superior, todos bacharelaram-se em Direito no Brasil, Sendo Carneiro Leão e Pontes de Miranda pela Faculdade de Direito de Recife, e Alceu Amoroso e Fernando de Azevedo pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

Fernando de Azevedo, nascido no interior de Minas Gerais, só chegou a cursar Direito após passagem como noviço na ordem dos jesuítas e inúmeras peripécias profissionais (MICELI, 2001, p. 105), não tendo vantagens das posições familiares na linhagem. Sendo o terceiro filho de uma família de quinze irmãos, buscou o mínimo de vantagem escolar e cultural, inclusive no investimento eclesiástico, que possibilitava o acúmulo do capital cultural e fugir do rebaixamento social. Como bem atesta Miceli (2001, p. 106), foi a iniciação no seminário que deu a Fernando de Azevedo o conhecimento cultural (línguas, literatura, etc) que o possibilitou reconverter-se às profissões intelectuais. Enquanto isso, e sendo Fernando de Azevedo filho de um industrial falido, não deixou de mobilizar o capital social de família, ressaltando as relações de amizade com que seu avô mantinha com D. Pedro II (AZEVEDO, 1971).

Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda, por sua vez, embora nascido no interior de Maceió/AL, passou parte da infância na fazenda dos avós (Engenho do Mutange), tendo educação privilegiada, herdou da família, como reprodução social, a carreira ligada ao judiciário e aos cargos políticos. Chegou a ser presenteado pelo pai com a passagem para Oxford, na Inglaterra, para estudar matemática e física, mas foi persuadido pela avó a ficar no Brasil e a cursar Direito, que “garantia futuro”, demonstrando o interesse nas famílias do cultivo do capital cultural já acumulado (TV JUSTIÇA). Como bacharel do seu tempo (formado em Recife, em 1911), era o “homem sem profissão” (MICELI, 2001, p. 106), dedicando-se a diversos afazeres, como escritor, juiz, professor, sociólogo, diplomata, dentre outros, dedicação esta que é modo de reprodução das famílias. O trunfo destes herdeiros, reside justamente na formação polivalente das Faculdades de Direito “cuja rentabilidade profissional tanto mais

apreciável quando se faz acompanhar de uma capital de relações sociais que apenas as famílias de maior prestígio da classe dominante possuem” (MICELI, 2001, p. 114).

Há de se destacar que o início do século XX representou a crise do bacharel em Direito, que antes gozava de pleno prestígio. Os intelectuais aqui tratados formaram-se justamente nesta transição, onde detinham certo prestígio do diploma, mas que após os anos 30 deixa de ser um valioso sinal de distinção e certeza de obtenção de cargos públicos. A permanência de status destes bacharéis, então, passava pelos mecanismos de cooptação junto ao partido integralista em ascensão e às redes da Igreja Católica, que conjugavam as ‘novas’ oligarquias. Alceu Amoroso Lima (bacharelado em 1913 na Faculdade do Rio de Janeiro e filho de importante industrial de tecidos), nesta perspectiva, converteu-se à Igreja Católica, mantendo duras críticas à Fernando de Azevedo e Carneiro Leão (bacharelado em 1911, no Recife), além de participar ativamente no fechamento da Faculdade do Distrito Federal, dada a sua oposição ideológica (SCHWARTZMAN et al, 2000).

Como bem lembra Engelmann (2008, p. 72), apesar dos contextos de crise, no Brasil há um predomínio de um padrão de estruturação dos juristas na seleção para postos públicos, o que facilita a reconversão dos bacharéis para diversas áreas de atuação imbricadas com o espaço de poder, como o jornalismo, no setor privado, e especialmente nas áreas de ensino. O grupo de intelectuais aqui tratado guarda exatamente esta capacidade de conversão dos títulos de bacharéis/escolares e o capital cultural institucionalizado em capital político e científico.

Assim como Amoroso Lima, Pontes de Miranda (inclusive laureado por livro de literatura pela ABL, ainda jovem, seguido pela premiação de seu manual de Introdução à Sociologia Geral) e Fernando de Azevedo começaram suas carreiras profissionais escrevendo para jornais sobre temas variados, como Sociologia, política e crítica literária. O capital cultural em conjunto com a rede de relações pessoais e institucionais proporcionaram a esses intelectuais cargos de destaque na política brasileira. Pontes de Miranda, por exemplo, foi diplomata, embaixador e chefe do Brasil em missões internacionais, além de juiz e desembargador, e Fernando de Azevedo foi diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal (1926-30), Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo (1933).

Ademais Carneiro Leão foi o responsável pela reforma de ensino em Pernambuco que incluiu a Sociologia como disciplina escolar na escola normal daquele estado. Destaca-se Fernando de Azevedo como um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932.<sup>6</sup> O Manifesto foi um documento endereçado à nova Constituição que estava em processo de constituição e não agradou o movimento católico liderado por Alceu Amoroso Lima. Os princípios de uma educação laica, gratuita, eminentemente pública e a coeducação contidas no Manifesto feriam os princípios católicos e colocavam a Igreja em xeque, visto que até então, grande parte do sistema de ensino estava sob seu domínio.

As disputas ideológicas entre Alceu Amoroso Lima e Fernando de Azevedo são fartamente documentadas (CURY, 1978; XAVIER, 2002, SAVIANI, 2004) e ainda hoje são tema de pesquisa nos Programas de pós-graduação em Educação no país. É possível afirmar que as disputas no campo educacional levaram a constituição de uma concepção de Sociologia que tinha como base as premissas da Igreja Católica no Brasil. A Sociologia Cristã ou Sociologia Católica (DAROS, PEREIRA, 2015; CIGALES, 2014), tinha como um dos principais representantes no Brasil, Amoroso Lima, que a partir do manual “Preparação à Sociologia” escrito na década de 1930 definiu as bases dessa Sociologia no país (CIGALES, 2015).

A edição de manuais de sociologia não só se inscreve na relação com a propagação da sociologia entre nós como também diz respeito ao *boom* do livro no Brasil.<sup>7</sup> Para além de Amoroso Lima e Pontes de Miranda, Fernando de Azevedo publicou o “Princípios de Sociologia: pequena introdução ao estudo de sociologia geral” de 1935 e “Sociologia Educacional: introdução ao estudo dos fenômenos educacionais e de suas relações com outros fenômenos sociais” de 1940 e, por último, Carneiro Leão que escreveu em 1940 o manual “Fundamentos da Sociologia”.

Com exceção de Pontes de Miranda, que restam poucas informações claras acerca de quais cadeiras ocupou enquanto professor de Direito, os demais foram docentes responsáveis pelo ensino da Sociologia, atuando nos primeiros cursos e

---

<sup>6</sup> O documento está disponível na Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006.

<sup>7</sup> A disseminação dos livros, editoras e consumidor merece melhor estudo. Miceli (2001) fornece algumas pistas para a análise, além de dados quantitativos, apresentando que entre 1938-43, o livro didático, por exemplo, só perdia em mercado livreiro para os livros de ficção e o Brasil é até hoje reconhecido como o maior mercado produtor e consumidor de livros didáticos do mundo.

disciplinas criadas pelas reformas educacionais em que eles próprios estavam vinculados. Fernando de Azevedo foi o primeiro professor de Sociologia da Universidade de São Paulo, criada em 1934. Além de participar da criação da USP, Fernando de Azevedo também ocupou posteriormente diversos cargos de secretário e presidente de associações profissionais voltadas à Sociologia, como a Sociedade Paulista de Sociologia e a Sociedade Brasileira de Sociologia.

Amoroso Lima, ao assumir a Reitoria da Universidade do Distrito Federal, criada por Anísio Teixeira e fechada por conflitos ideológicos com a Igreja Católica, participou ativamente da extinção dessa universidade e da transferência dos seus quadros técnicos e docentes para a fundação da Universidade do Brasil e de sua Faculdade Nacional de Filosofia. (SCHARTZMAN et al, 2000). Com estreitas relações de amizade com o Ministro da Educação Gustavo Capanema, Amoroso Lima recomendou um corpo docente de Sociologia que estivesse de acordo com os preceitos da Igreja, entre os nomes recomendados estavam o de Jacques Lambert.

Ao analisar os manuais de Sociologia produzidos por esses intelectuais é possível perceber uma rede de relações de amizade e de disputas inerentes ao desenvolvimento do campo intelectual da Sociologia no Brasil, que alcançam outros intelectuais do período, como Gilberto Freyre e Delgado de Carvalho, como pode-se ver no manual de Carneiro Leão: “Na preparação deste livro servimo-nos de inúmeras obras [...] a cujos autores nos confessamos profundamente gratos. Entre eles temos o prazer de citar [...] em Sociologia: Edward A. Ross, Delgado de Carvalho, Charles Ellwood, Blackmar and Gillin, Park and Burgess, C. Bouglé, Gilberto Freyre, Sorokin and Zimmerman e Fernando de Azevedo.” (LEÃO, 1954, prefácio).

As apresentações, orelhas e prefácios dos manuais de Sociologia, constituem-se de um rico material para uma análise das redes de relações, amizades e disputas entre esses intelectuais. Pontes de Miranda, por exemplo, é citado na dedicatória de “Princípios de Sociologia” de Fernando de Azevedo, tomado por este como um dos precursores da Sociologia, referido também por muitos educadores também neste sentido (MEUCCI, 2000, p. 26).

Podemos pensar que as disputas em torno da constituição do campo intelectual da Sociologia no Brasil, evidenciado neste estudo pela diversificação de perspectivas sociológicas visíveis pela leitura dos manuais de Sociologia da época, resultou na

valorização de um *habitus* científico dentro dessa esfera social. Em outras palavras, o *habitus* produzido pela constituição desse campo valorizará: a erudição e o conhecimento de diversos idiomas para a leitura de autores norte-americanos e europeus; do conhecimento dos métodos e técnicas de pesquisa social; e, principalmente, do reconhecimento da Sociologia como uma ciência livre de juízos de valor e de credos religiosos. Esse *habitus* produzido e reconhecido pela grande maioria desses intelectuais refletirá na criação das universidades e cursos de Sociologia, tendo a USP como principal referência.

Neste entorno, e como último elemento que destacamos sem o fito de esgotar o aprofundamento da biografia coletiva, destacamos que o reconhecimento do campo científico e acadêmico também faz parte do currículo desses intelectuais, principalmente, os títulos de “*Doutor Honoris Causa*” concedido por universidades estrangeiras e brasileiras. Além do capital cultural as famílias desses intelectuais mantinham relações de amizade com figuras ilustres e com poder político e simbólico, como é o caso de Pontes de Miranda que vinha de uma família de políticos e magistrados. Por outro lado, o pai de Amoroso Lima, embora um industrial, era também admirador da música, pois em conjunto com Machado de Assis fundou um Clube nomeado Bethoven (ABREU, 2015). Não por acaso, todos os intelectuais aqui tratados eram membros da Academia Brasileira de Letras (ABL), e, no caso de Pontes de Miranda, recebeu dois prêmios por obras, um pelo manual de sociologia de 1926. A participação destas figuras públicas no meio desta Academia (e de outros círculos sociais) é elemento importante para se pensar a forma de recrutamento de elites em nossa sociedade e as características dos seus membros.

Assim, é de característica desse grupo a diversificação da produção intelectual. Não foram especialistas apenas em Sociologia, mas em vários assuntos que perpassam a geografia, o pensamento católico, a educação física, a psicologia, a educação e o Direito. O especialista em Sociologia só foi possível após a institucionalização dessa ciência no país, com a abertura de um mercado de trabalho específico, de agências de fomento a pesquisa que abriu a possibilidade de indivíduos tornarem-se especialistas nessa ciência.

#### **4. Prosopografia.**

Nome	Data/local de origem	Filiação	Formação	Atuação profissional	Produção cultural (livros, manuais, coleções, etc)	Relação de parentesco/institucional/ Prêmios e títulos
<b>Alceu Amoroso Lima</b>	11/12/1893 (Rio de Janeiro/RJ) 14/08/1983 (Petrópolis/(RJ)).	Filho de Manuel José Amoroso Lima - industrial, comerciante e proprietário da Fábrica de Tecidos Cometa.- e Camila da Silva Amoroso Lima.	Estudou no Colégio Pedro II e formou-se em Direito pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1913. Esteve na França realizando vários estudos em Sorbone e no College de France.	Crítico de “O Jornal” em 1919, onde adotou o pseudônimo Tristão de Athaíde. Foi reitor da UDF, antes da sua extinção em 1937, atuou como catedrático de literatura brasileira na Faculdade Nacional de Filosofia. Foi um dos fundadores da PUC do Rio de Janeiro e diretor de assuntos culturais da Organização dos Estados Americanos. Ministrou cursos sobre civilização brasileira em universidades estrangeiras, inclusive na Sorbonne e nos Estados Unidos.	Publicou 82 livros, dentre eles: O Espírito e o Mundo (1936), Quadro Sintético da Literatura Brasileira (1936) e Meio Século de Presença Literária (1969). De Pio II a Pio XI (1929), Mensagem de Roma (1950) e Meditação Sobre o Mundo Interior (1954). <b>Preparação à Sociologia (1931)</b> , Mitos de Nosso Tempo (1943) e O Existencialismo (1951) Debates Pedagógicos (1931), Idade, Sexo e Tempo (1938) e Revolução, Reação ou Reforma (1964).	Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1935.  Pai de Amoroso em conjunto com Machado de Assis fundou o clube Beethoven.
<b>Carneiro Leão</b>	Nasceu em Recife no dia 2 de julho de 1887 e morreu no Rio de Janeiro no dia 31 de outubro de 1966.	Filho de Antônio Carlos Carneiro Leão e Elvira Cavalcanti de Arruda Câmara Carneiro Leão.	Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife em 1911.	Foi professor de Filosofia na Universidade do Recife, de 1911 a 1914. Diretor geral da Instrução Pública no Rio de Janeiro (1922 a 1926); fundador da Escola Portugal, e das 20 escolas com os nomes das 20 repúblicas americanas, entre 1923 e 1926, no Rio de Janeiro. Autor da Reforma da Educação no Estado de Pernambuco em 1928; foi Secretário de Estado do Interior, Justiça e Educação do Estado de Pernambuco (1929-1930); diretor do Instituto de Pesquisas Educacionais (1934); criador e diretor do Centro Brasileiro de Pesquisas Pedagógicas da Universidade do Brasil. No magistério universitário, foi professor de Administração	Publicou dezenas de livros, entre eles: Educação (1909) O Brasil e a educação popular (1917) Problemas de educação (1919) São Paulo em 1920 (1920) Os deveres das novas gerações brasileiras (1923) O ensino na capital do Brasil (1926) Palavras de fé (1928) A organização da educação em Pernambuco (1929) Discursos e conferências (1933) O ensino das línguas vivas (1935) Tendências e diretrizes da escola secundária (1936) Introdução à administração escolar (1939) A sociedade rural, seus problemas e sua educação (1940) <b>Fundamentos de Sociologia (1940)</b> Ideais e preocupações de uma época (1942) Planejar e agir (1943) O sentido da evolução cultural do Brasil (1946) Adolescência, seus problemas e sua educação (1950) Nabuco e Junqueiro (1953) Panorama	Doutor honoris causa pela Universidade de Paris e Universidade Autônoma do México.  Oficial da Legião de Honra na França.  Em 1944 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras.

				Escolar e Educação Comparada na Faculdade Nacional de Filosofia; professor de Educação Comparada da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Rio de Janeiro; professor de Administração do Instituto de Educação do Distrito Federal; professor do Curso Técnico do Exército. Também foi professor-visitante em instituições dos Estados Unidos, França e Argentina.	sociológico do Brasil (1958) O culto da ação em Verhaeren (1958) Victor Hugo no Brasil (1960).	
<b>Fernando de Azevedo</b>	Nasceu a 2 de abril de 1894, na cidade de São Gonçalo do Sapucaí, no Estado de Minas Gerais e faleceu em São Paulo-SP; em 18 de setembro de 1974.	Filho de Francisco Eugênio de Azevedo e Sara de Almeida de Azevedo.	Cumprir os estudos primários no Colégio Francisco Lentz, em São Gonçalo é enviado ao Colégio Anchieta. 1908 - Termina o curso secundário no Colégio Anchieta, em Nova Friburgo (RJ). 1909 - Ingressa no noviciado mineiro da Companhia de Jesus, em Campanha, sul de Minas, onde chegou a fazer votos. Estuda com prazer filosofia, literatura grega e latina, análise matemática, poética e eloquência. Permanece lá dois anos. Indeciso quanto à sua verdadeira vocação, recolhe-se em Itaici (SP), a fim de chegar a uma resolução definitiva. É enviado ao Colégio São Luís, em Itu (SP)	Foi diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal (1926-30), Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo (1933), Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo (1941-42), e membro do Conselho Universitário por mais de doze anos, desde a fundação da Universidade de São Paulo. Foi também Secretário da Educação e Saúde do Estado de São Paulo (1947). Posteriormente, foi Diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, que ele instalou e organizou (1956-61), e Secretário de Educação e Cultura no governo do prefeito Prestes Maia (1961). Foi presidente da Associação Brasileira de Educação em 1938 Também atuou como vice-presidente da International Sociological Association (1950-53), Foi membro correspondente da Comissão Internacional para uma História do Desenvolvimento Científico e Cultural da humanidade. Foi um dos fundadores da Sociedade	Foi redator do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova em 1932. Um ano antes em 1931, fundou a Companhia Editora Nacional, a Biblioteca pedagógica Brasileira (BPB), de que faziam parte a série iniciação Científica e a coleção Brasileira.  Escreveu XX livros, entre eles: Da educação física, seguido de Antinous Estudo de cultura atlética e a evolução do esporte no Brasil (1920); No tempo de Petrônio (1923); Ensaio: Crítica para o jornal O Estado de S.Paulo (1924-1926); Jardins de Salústio À margem da vida e dos livros, ensaios (1924); Páginas latinas, ensaios (1927); Máscaras e retratos Estudos críticos e literários sobre escritores e poetas do Brasil (1929); A reconstrução educacional no Brasil (1932); A educação na encruzilhada Problemas e discussões. Inquérito para O Estado de São Paulo (1926); Novos caminhos e novos fins: A nova política da educação no Brasil (1935); A cultura brasileira, 3 vols. (1943); Canaviais e engenhos na vida política do Brasil Ensaio sociológico sobre o elemento político na civilização do açúcar (1948); A educação e seus problemas (1937,1952);	Ganhou o prêmio Machado de Assis da Academia Brasileira de Letras em 1943.  Cruz de Oficial de Legião de Honra, da França (1947)  Prêmio de Educação Visconde de Porto Seguro, conferido pela Fundação Visconde de Porto Seguro, de São Paulo (1964)  Prêmio Moinho Santista (1971) em Ciências Sociais  Foi eleito para a Academia Paulista de Letras e para a Academia Brasileira de Letras em 1967 na sucessão de Antonio Carneiro Leão.

			para exercer o magistério e refletir sobre sua vocação. - Decide renunciar à vida religiosa, depois de cinco anos na Companhia de Jesus. Pede à Companhia, em Roma, a demissão. Tenta fixar-se, a princípio, no Rio de Janeiro. Matricula-se na Faculdade de Direito, da qual logo se transfere para a de Belo Horizonte.	Brasileira de Sociologia, de que foi presidente, desde sua fundação (1935) até 1960. Foi também presidente da Associação Brasileira de Escritores (seção de São Paulo).	<b>As Ciências no Brasil (1956); Princípios de Sociologia (1934); Sociologia educacional (1959);</b> Um trem corre para o oeste Estudo sobre a Noroeste do Brasil e seu papel no sistema de viação nacional, 2ª ed. (1958); Na batalha do humanismo Aspirações, problemas e perspectivas, 2ª ed. (1958); A educação entre dois mundos Problemas, perspectivas e orientações (1958); Figuras do meu convívio, ensaios (1961); A cidade e o campo na civilização industrial e outros ensaios (1962); História da minha vida, memórias (1971).	
<b>Pontes de Miranda</b>	Nasceu em Maceió, em 23 de abril de 1892, faleceu em 22 de dezembro de 1979.	Filho de Manuel Pontes de Miranda – bacharel em Direito e Juiz - e de D. Rosa Cavalcanti de Albuquerque.	Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife em 1911.	Juiz de Órfãos, 1924 e Desembargador até 1939.  Membro da Comissão de Reforma Universitária do Brasil, 1931, e da Comissão de Constituição, 1932.  Professor honoris causa na Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professor de Direito Internacional Privado na Académie de Droit International de la Haye, e Chefe da Delegação do Brasil, 1932.  Representou o Brasil na qualidade de diplomata, embaixador e chefe de delegação em órgãos internacionais.	Escreveu diversos livros dedicados ao Direito, dentre eles: Tratado de Direito Privado, 60 vols. (1970-73); Comentários à Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 2 vols. (1934); Comentários à Constituição de 10 de novembro de 1937, 3 vols.; Comentários à Constituição de 1946, 6 vols.; Comentários à Constituição de 1967, 6 vols.; Comentários ao Código de Processo Civil, 16 vols.; Tratado das ações, 7 vols.. Destacam-se os livros iniciais da carreira: Sistema de ciência positiva do Direito, 4 vols. (1922); Introdução à política científica (1924); <b>Introdução à Sociologia geral (1925);</b>	Neto de Joaquim Pontes de Miranda e sobrinho de Raimundo Pontes de Miranda, bacharéis em Direito em Recife. O último deputado, senador e professor (Lente). Recebeu prêmio de erudição pela ABL, em 1925, pelo manual “Introdução à Sociologia geral” e o prêmio único por “A sabedoria dos instintos”. Membro da ABL (1979). Professor honoris causa da Universidade Nacional do Rio de Janeiro (1928), da Universidade Federal do Recife (1955) da Universidade Federal de São Paulo (1966), dentre outros. Diversas comendas e premiações junto aos órgãos de classe (IAB/OAB) e Tribunais.

Fonte: Abreu (2015); Costa (2009); Gaspar (2016); Academia Brasileira de Letras on-line; Azevedo (1971); Meucci (2000); Ferreira (2016).

## 5. Considerações finais

Ainda que breve, este estudo buscou evidenciar algumas características da formação da elite intelectual da Sociologia no Brasil. Entre as principais semelhanças é possível destacar a valorização do capital cultural que somado ao capital social, permitiu a esses indivíduos o ingresso nos campos da política, da educação e da ciência. Conseqüentemente, o conhecimento sociológico adquirido por via das faculdades de Direito possibilitou converter capital cultural em capital simbólico necessário à produção de conhecimentos sociológicos com vista ao reconhecimento de suas ideias no cenário político educacional do Brasil.

Enquanto Amoroso Lima, contava com o apoio da Igreja Católica e de toda a espécie de capital que esse agente detinha, Fernando de Azevedo soube utilizar o capital cultural e social na conversão de capital científico constituído a partir da criação da USP e do curso de Sociologia do qual foi seu primeiro catedrático. Carneiro Leão, do mesmo modo, teve determinação expressão na constituição da Sociologia em Pernambuco. Pontes de Miranda, embora nominado também sociólogo<sup>8</sup>, é exceção ao grupo, tendo permanecido na área do Direito, atuando tanto no judiciário como na educação jurídica.

Esses intelectuais também foram agentes de disseminação e institucionalização da Sociologia no Brasil. Estiveram envolvidos com reformas educacionais que impuseram a Sociologia na escola, e também atuaram como professores normalistas e catedráticos da disciplina nos colégios e nas primeiras universidades. Destarte, escreveram manuais de Sociologia voltados ao ensino da disciplina e também foram responsáveis pela criação dos primeiros cursos e instituições de pesquisa no país. Essa elite intelectual da Sociologia no Brasil foi essencial para a criação das condições necessárias ao desenvolvimento das Ciências Sociais como um corpo científico e disciplinar.

Cabe salientar que a Sociologia católica proposta por Amoroso Lima, não conseguiu se desenvolver devido à falta de reconhecimento e legitimidade dessa perspectiva diante das estruturas sociais que constituíram o campo da Sociologia no Brasil. Em outras palavras, o *habitus* desenvolvido no campo da Sociologia brasileira não favoreceu o desenvolvimento de concepções de Sociologia que não fossem regidas pelas regras do *campo* científico.

Enfim, a análise mais apurada da biografia coletiva e individual desses e de outros intelectuais, tais como Gilberto Freyre, Delgado de Carvalho, Djacir de Menezes, Leonel Franca, Heloisa Pontes, Severino Sombra, Francisca Peters, entre outros, seria profícua para a

---

<sup>8</sup> Vale lembrar a citação de Pontes de Miranda de que “todo bacharel em Direito deveria ser também um sociólogo” (in MEUCCI, 2000, p. 29)

história da elite da Sociologia no Brasil, dado a importância desse grupo para a constituição da Sociologia no país.

## **6. Referências.**

ABREU, A. A. de. LIMA, A. A. In: \_\_\_\_\_ (coordenação geral). **Dicionário Histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930**. Rio de Janeiro. FGV, CPDOC, 2015.

ADORNO, S. **Os aprendizes do poder**. O bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALMEIDA, C. B. de. A prosopografia ou biografia coletiva: limites, desafios e possibilidades. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011, p. 1-9.

AZEVEDO, F. **Memórias de minha vida**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

BOMENY, H. Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional. **Estudos Históricos - Os anos 20**, Rio de Janeiro, v.6, nº 11, p.24-39, 1993.

BOMENY, H.; BIRMAN, P. (org.). **As assim chamadas ciências sociais: formação do cientista social no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ, 1991.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma Sociologia clínica do campo científico**. São Paulo. UNESP, 2004.

\_\_\_\_\_. **Escritos em Educação**. NOGUEIRA, Maria Alice Nogueira; Catani, Afrânio. (Orgs.) Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 16. ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CANEDO, L. B; TOMIZAKI, K. T.; GARCIA, Jr. A. (Orgs.) **Estratégias educativas das elites brasileiras na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 2013.

CHACON, V. **História das ideias sociológicas no Brasil**. São Paulo: Grijalbo, Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

CIGALES, M. P. Ideias pedagógicas de uma sociologia cristão: notas sobre um compêndio de sociologia da década de 1940. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 14, n. 60, 2014

CIGALES, M. P. Raymond Murray e a Sociologia católica no Brasil: notas sobre um manual da década de 1940. **Revista Café com Sociologia**. v. 4, nº 3, dez. p. 110-122, 2015.

CORADINI, O. L. **Grandes famílias e elite “profissional” na Medicina no Brasil. História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, III (3), 1997.

CURY, C. R. J. **Ideologia e educação brasileira: Católicos e Liberais**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.

DAROS, M. das D.; PEREIRA, E. A. T.. A Sociologia cristã e o pensamento de Alceu Amoroso Lima em um colégio católico de formação de professoras em Santa Catarina. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 15, n. 1, p. 235, 2015.

DAROS, M. das D. A sociologia na constituição do campo educacional brasileiro e a pesquisa em sociologia da educação. **XI Reunião Científica Regional da ANPED, Anais**, 2016.

ENGELMANN, F. Elites e “instituições” como objeto de estudo numa dinâmica periférica. **Teoria & Pesquisa**. UFSCAR, n.17, 67-84, 2008.

FERREIRA, V. do R.; OLIVEIRA, A. P. de. O Ensino de Sociologia como um campo (ou subcampo) científico. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences Maringá**, v. 37, n. 1, p. 31-39, Jan.-June, 2015.

GRILL, I. G. Especialização política: bases sociais, profissionalização e configuração de apoios. In: SEIDL, Ernesto; GRILL, Igor Gastal. (orgs.). **As Ciências Sociais e os aspectos da política no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

HANDFAS, A; MAÇAIRA, J. P. O estado da arte da produção científica sobre o ensino de Sociologia na educação básica. **BIB**, São Paulo, nº 74, 2º semestre de 2012 (publicada em julho de 2014), pp. 43-59.

LEÃO, A. C. **Fundamentos de sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1954.

MACHADO, C. de S. O Ensino da Sociologia na escola secundária brasileira: levantamento preliminar. In: **Revista da Faculdade de Educação**. Vol. 13, n.º 1, p.115-142. 1987.

MEUCCI, S. **A institucionalização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos**. Campinas/SP. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas, 2000.

\_\_\_\_\_. Sobre a rotinização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais didáticos, seus autores, suas expectativas. **Mediações**. Londrina, v. 12, n. 1, 2007.

MICELI, S. (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Volume I. São Paulo: Vértice: IDESP, 1989.

\_\_\_\_\_ (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Volume II. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1995.

\_\_\_\_\_. **A elite eclesiástica brasileira (1890-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-45)**. In: *Intelectuais À brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

PETRARCA, F. Elites jornalísticas, recursos políticos e atuação profissional no Rio Grande do Sul. **TOMO (UFS)**, n. 13, 2008.

SAPIRO, G. Modelos de intervenção política dos intelectuais: o caso francês. **Revista Pós Ciências Sociais**. v. 9, n. 17, jan-julho, p. 19-50, 2012.

SAVIANI, D. Setenta anos do manifesto e 20 anos de Escola e democracia: balanço de uma polêmica. In: **Manifesto dos pioneiros da educação**. Xavier, Maria do Carmo (org). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SCHARTZMAN, S; BOMENY, H. M. B; COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SEIDL, E.; GRILL, I. G. (orgs.). **As Ciências Sociais e os aspectos da política no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SEIDL, E. Estudar os poderosos: a sociologia do poder e das elites. In: SEIDL, E; GRILL, I. G. (org.). **As Ciências Sociais e os espaços da política no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SEIDL, E. Caminhos que levam a Roma: recursos culturais e redefinições da excelência religioso. **Horizontes Antropológicos**, v. 15, 2009.

SILVA, I. L. F. **O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas**. In: Coleção Explorando o Ensino. Volume. 15 Coordenação Amaury César Moraes Brasília: Ministério da Educação: Brasília, 2010.

TV JUSTIÇA. **Tempo e história: Pontes de Miranda**. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=fmEy\\_gmSbvc](https://www.youtube.com/watch?v=fmEy_gmSbvc)>. Acesso em: 30 de janeiro de 2017.

VENANCIO FILHO, A. **Das arcadas ao bacharelismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.

WOLKMER, A. C. **História do Direito no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

XAVIER, L. N. **Para além do campo educacional: um estudo sobre o manifesto dos pioneiros da educação nova (1932)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. p. 07-49 e 85-113